



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

44
J

Habeas Corpus nº: 205.496-0
Comarca: Recife
Vara: 5ª Vara Criminal
Impetrante: Severino José de Carvalho
Paciente: Rodrigo Campos do Patrocínio
Procurador de Justiça: Patrícia Carneiro Tavares
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

247

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE MOTIVOS PARA DECRETAÇÃO. DEMONSTRADA A NECESSIDADE DA MEDIDA. CONDIÇÕES PESSOAIS. DENEGADO.

1. O decreto prisional se mostra devidamente fundamentado, demonstrado na conveniência da instrução criminal, na necessidade de garantia da ordem pública e segurança da aplicação da lei penal, diante da periculosidade dos agentes, que se uniram com o fim de fraudar instituições bancárias, sendo que o Paciente e outro corréu vieram de outros estados da federação, para juntamente ao terceiro acusado, este policial civil, praticarem diversas fraudes utilizando aparelhos sofisticados, baseada, outrossim, a prisão cautelar no argumento de que os acusados, em liberdade, poderão causar grave dano patrimonial a cidadãos de bem, causar embaraço à instrução processual ou, até mesmo, praticar novos crimes.
2. Condições pessoais favoráveis são irrelevantes, de per si, para deconstituir prisão cautelar. Precedentes do STF e STJ.
3. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

45
F

248

Habeas Corpus nº: 205.496-0
Comarca: Recife
Vara: 5ª Vara Criminal
Impetrante: Severino José de Carvalho
Paciente: Rodrigo Campos do Patrocínio
Procurador de Justiça: Patrícia Carneiro Tavares
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Impetra-se o presente habeas corpus em favor do paciente **RODRIGO CAMPOS DO PATROCÍNIO**, denunciado como incurso nas penas do art. 171 c/c art. 14, II, do CP, nos autos do Proc. nº NPU 0145318-51.2009.8.17.0001, em curso perante Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Recife, ora indigitada autoridade coatora.

Alega a impetração estar o Paciente sofrendo constrangimento ilegal pela ausência de fundamento do decreto de prisão preventiva, bem como por preencher os requisitos de concessão de liberdade provisória.

À inicial não foram acostados documentos.

Não havendo pedido liminar, foram solicitadas as informações à indigitada autoridade coatora.

Através de ofício de fls. 24/26, presta o Juízo a quo detalhado informe processual.

A Douta Procuradoria de Justiça, através da Dra. Patrícia Carneiro Tavares, em parecer lançado às fls. 35/37, opinou pela denegação da ordem, acostando ainda cópia do decreto prisional e da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado pelo Paciente (fls. 38/40).

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



249

Eis o importante a relatar.

VOTO:

Busca-se, por meio do presente habeas corpus, a revogação do decreto de prisão preventiva exarado em face do Paciente, alegando inexistirem motivos ensejadores da prisão cautelar, bem como diante de ser o Paciente tecnicamente primário, detentor de bons antecedentes.

Conforme informações prestadas pelo Juízo processante, o Paciente foi preso, juntamente com outros dois denunciados, em flagrante delito por encontrar-se no interior de um veículo, em frente à agência Unibanco, da Av. Conselheiro Aguiar, no bairro de Boa Viagem, nesta cidade, onde foram encontrados algumas tarjetas usadas na retenção de cédulas em caixas eletrônicos (réguas), um coldre de couro vazio e a chave de outro carro.

Consta das informações, ainda, que ao adentrarem na agência bancária, constatou-se dentro de um dos caixas eletrônicos, um notebook com um Modem acoplado, uma maquineta denominada "Chupa-cabra" e um teclado numérico, tudo acompanhado de vários cabos e ferramentas.

Noticia o Juízo a quo, ademais, que conduzido até a DEPOL o Paciente confessou a prática delitiva, bem como admitiu haver subtraído dinheiro, em situações anteriores, da mesma forma e em outros Estados.

Da cópia do decreto prisional às fls. 38/39, obtido pela Procuradoria de Justiça junto ao sistema Judwin, verifica-se devidamente fundamento o decreto prisional, nos termos do art. 312, do CPP, na conveniência da instrução criminal, na necessidade de garantia da ordem pública e segurança da aplicação da lei penal, diante da periculosidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

250

47
pt

dos agentes, que se uniram com o fim de fraudar instituições bancárias, sendo que o Paciente e outro corréu, Daniel Severino de Lima, vêm de outros estados da federação (São Paulo e Pará), para juntamente ao terceiro acusado, Claudênio Calisto de Pontes, este policial civil, praticarem diversas fraudes utilizando aparelhos sofisticados. Baseia, outrossim, a prisão cautelar no argumento de que os acusados, em liberdade, poderão causar grave dano patrimonial a cidadãos de bem, causar embaraço à instrução processual ou, até mesmo, praticar novos crimes.

Verifica-se, pois, que a prisão do Paciente não constitui constrangimento legal, visto que fundada em decreto prisional devidamente moldado nos dispositivos que regem a matéria.

No que pertine à primariedade e bons antecedentes, assente o entendimento jurisprudencial de que tais atributos pessoais, de per si, são insuficientes para ilidir a custódia preventiva, quando presentes os motivos e pressupostos ensejadores da medida (art. 312, CPP).

Constatada a necessidade e pertinência da prisão preventiva, inadmissível a revogação do decreto segregatório que atende os requisitos legais, mormente que não foram trazidos pelo Paciente elementos idôneos para desconstituí-la.

Ante o exposto, por não vislumbrar constrangimento ilegal a ensejar o alcance da tutela pretendida, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator